

ILHAS, PLANALTOS E TRAVESSIAS: OS FLUXOS DE MADEIRENSES ENTRE PLANTAÇÕES E COLÓNIAS¹

CRISTIANA BASTOS

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Antropóloga e Investigadora de carreira no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Colabora e colaborou com diversos programas de pós graduação em antropologia, saúde pública, estudos de ciência, e história da medicina – no ICS, nas faculdades de medicina de Lisboa e de Coimbra, no doutoramento em enfermagem em Lisboa, na UNICAMP, na Universidade de Brown, na UERJ, UFRJ, UFSC, FIOCRUZ. Coordena e coordenou vários projectos sobre medicina tropical, circulação do conhecimento, movimentos de população. **PUBLICAÇÕES:** *A Circulação do Conhecimento: medicina, redes, impérios* (2011, c/ Renilda Barreto) ; *Parts of Asia* (2010) *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros* (2001, com Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman Bianco), *Global Responses to AIDS _ science in emergency* (1999), *Os Montes do Nordeste Algarvio* (1993). Entre artigos recentes contam-se “From sulphur to perfume: the spa and the SPA at Monchique, Algarve”. *Anthropology and Medicine* 18(1): 37-53 (2011); “Hospitais e Sociedade Colonial: Esplendor, Ruína, Memória e Mudança em Goa”. *Ler História* 58:61-79 (2010); “Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho migração e política no planalto sul de Angola”. *Horizontes Antropológicos* XV (31): 51-74 (2009); “Borrowing, Adapting and Learning the Practices of Smallpox: Notes from Colonial Goa” *Bulletin of the History of Medicine* 83:140-162 (2009); “Migrants, Settlers And Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies” *International Migration* 46(5): 27- 54 (2008); “From India to Brazil, with a microscope and a seat in Parliament: the life and work of Dr. Indalêncio Froilano de Melo”. *Journal of History of Science and Technology* (<http://johost.eu>), vol 2 (2008); “Medical Hybridisms and Social Boundaries: Aspects of Portuguese Colonialism in Africa and India in the Nineteenth Century” *Journal of Southern African Studies* 33(4): 767-782 (2007); “ Medicina, império e processos locais em Goa, século XIX” *Análise Social*, 182, p.99-122 (2007).

1 Este artigo foi apresentado no Congresso Internacional *As Ilhas do Mundo e o Mundo das Ilhas*, Organizado pelo Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, Madeira. Agradeço ao Doutor Alberto Vieira o generoso convite e a todos os que participaram no colóquio pelos comentários e observações. Parte do texto aqui incluído integra BASTOS, 2011, «Trânsitos Atlânticos, Pacíficos e Terrestres—a pequena grande história de Maria Índia», incluído AREND, RIAL e PEDRO, orgs., 2011, em *Diásporas, Mobilidades e Migrações* – com permissão das organizadoras. Prévias aproximações à epopeia dos Madeirenses no planalto de Angola no século XIX apareceram em BASTOS, 2008, «Migrants, Settlers and Colonists» e BASTOS, 2009, «Maria Índia ou a Fronteira da Colonização».



RESUMO

Este trabalho desenvolveu-se a partir de um nexó improvável entre uma notícia de nascimento ocorrido a bordo entre o Funchal e Moçâmedes e o encontro com uma lápide funerária no cemitério da Humpata, no planalto da Huíla, Angola. Pesquisava então uma travessia em dois trechos, um marítimo e outro terrestre, pelo Atlântico até ao Sul de Angola, pela Serra acima até à Huíla, tudo passado na década de 1880. Foram protagonistas materiais dessas travessias o navio *Índia*, da Marinha portuguesa, e os carros de bois alugados a *boers* passantes por Moçâmedes. Foram protagonistas humanos umas centenas de madeirenses que atravessaram mar e serra e nas terras altas criaram comunidades, constituindo-se como os primeiros colonos; entre eles a mais nova de todos, a bebé Maria Índia, com o nome do barco em que nasceu, na travessia, e sepultada no planalto que um dia visitei. Ao seguir este nexó e recriar a hipotética figura de Maria Índia, que afinal era personagem histórica sobre quem hoje tenho depoimentos da família, histórias e retratos, estava a encetar uma nova aventura de pesquisa cujos contornos eu mal antevia e me trazem hoje para tempos mais remotos, espaços mais amplos e contextos sociais mais duros -- o mundo da plantação do açúcar e dos seus contratos de trabalho em vários pontos do Atlântico e do Pacífico desde a década de 1830 – e a questões teóricas mais complexas em torno da deslocação humana.

Palavras chave: Madeira, colonização, migração, plantações, Atlântico, Pacífico

ABSTRACT

This story evolves from the fortuitous connection between two different findings: the first of them reports the birth of a baby girl in 1884 on the vessel *India*, when travelling from Funchal, Madeira, to Moçâmedes, Angola; the baby was named Maria India, after the ship where she was born. The second finding happened 120 years after that, when I accidentally entered a small graveyard in the Angola plateau and run into a tombstone where that very name was inscribed. I was after a saga of displacement that had brought a few hundred Madeirans into the Southern Angolan plateau through a sequence of sea and land passages. After finding the tombstone I understood that the baby born in the first passage had made it into the second one; at least she was buried by her husband and children in the plateau where her parents were headed. After writing an article on the collective adventure of Madeirans in Angola that referred to her name, I got to know her contemporary descendents and learned about a much wider saga of displacement and labour that accounts for several other islands and continents.

Key words: Madeira, displacement, migration, colonization, Angola, Hawaii



Esta é uma história de ilhas, mas também de planaltos, e sobretudo de travessias: travessias marítimas, oceânicas, intercontinentais, terrestres, unindo lugares, enredos, famílias, deslocamentos, projectos, criando outros enredos, existências, memórias, identidades. Tudo se concentra na coincidência de um nome, o de Maria Índia. De onde veio este nome, e em que improvável lugar me cruzei com ele para trazer aqui uma história de travessias que não são do caminho da Índia?

O “Índia” de Maria Índia nada tem a ver com aqueles a quem os de fora chamam índios, das icónicas matas da Amazónia, planícies norte americanas ou outros lugares menos cinemáticos do continente. Tão pouco tem a ver com as Índias Ocidentais ou Orientais, ou com a Índia do Raj, do subcontinente, da república ou União Indiana. É uma Índia indirecta a que chega a este nome próprio, a Índia evocada no navio em que nasceu,² um “Índia” no masculino porque, ao contrário dos navios ingleses, que são sempre mulheres numa língua em que quase tudo é neutro, os navios, em português, declinam no género do homem.

Nasceu num barco? A que propósito? O que fazia uma grávida a bordo de um barco chamado Índia no ano de 1884, na costa de Angola, entre Luanda e Moçâmedes? Que barco era esse, e quem era essa grávida, ao que vinha, ao que vinham os seus naquele ano e naquele lugar?

O Índia, um misto veleiro-vapor da armada portuguesa que já tinha servido vários fins, fazia naquele momento a viagem Lisboa-Moçambique. Pessoas, mercadorias, carga, combustível, missivas e mensagens entravam e saíam dos portos; e entre o porto do Funchal, onde tinham entrado, e o de Moçâmedes, onde saíam, faziam a passagem Atlântica mais de duas centenas de madeirenses. Foi entre estes, e quase ao desembarque, que nasceu Maria Índia; tivesse ela nascido uns dias mais tarde e seria talvez Maria Angola, ou Maria Moçâmedes, ou Maria Deserto, ou Maria da Conceição, do Remédios, da Paz, Aparecida, Benvinda, Preciosa, Felicidade, ou qualquer outro nome que não levaria à existência desta história.

Mas foi no mar que nasceu, durante uma travessia, uma das muitas que levaram contingentes humanos de um lugar para os replantar num outro, para aí plantarem ou serem escravos de plantação, cultivarem e serem cultura, colonizarem e serem colónia, traficarem ou serem tráfico. Maria Índia ficou com o nome de um navio que fazia algumas dessas passagens e agora transportava os futuros colonos do planalto da Huíla, umas milhas terra adentro de Moçâmedes e uns dois mil metros acima em altitude.

Esta era mais uma aventura de deslocamento e travessia, uma passagem para África protagonizada por um grupo que de certo modo dava corpo à fantasia de antigos governantes portugueses e explicitada por Sá da Bandeira no século anterior: a de povoar Angola com “gente boa da metrópole,” casais de agricultores, aptos para pegar numa enxada e desbravar, capazes de criar comunidade.³ Uma

2 As duas fontes principais para esta viagem são os relatórios do comandante e do médico de bordo do navio Índia: Silva, 1884, *Relatório do transporte Índia*, e Almeida, 1885, *Transporte Índia: Relatório Medico*, 1884-1885.

3 Para uma monografia completa sobre o processo, veja-se Medeiros, 1976, *A Colonização...*; veja-se também Sá da Bandeira, 1873, *O trabalho rural*



fantasia consonante com o espírito (europeu) da época, para o qual plantar colónias (de europeus) pelo mundo era o caminho a seguir; uma fantasia que parecia também ecoar as experiências da Austrália, da África austral, da Américas a norte, colonos brancos ao centro, nativos ao fundo -- por vezes mesmo muito fundo, no fundo do poço da extinção, ou ao fundo da paisagem como enfeite étnico, talvez brandindo lanças, confirmando a bravura dos colonos. E se esta aventura ressoava às práticas de *settlement* e construção utópica de comunidades ideais tal como outros as concebiam e implementavam, claramente contradizia as práticas correntes dos portugueses em lugares como Angola – onde era mais comum degredar bandidos e sem lei e deixá-los entrosar-se com quem pudessem do que planear comunidades.

Mas agora, em 1884, pelo menos a bordo do India concretizava-se um projecto de colonização organizada; a concorrência e pressão internacional escalavam e Portugal podia perder os amplos direitos a que se arrogava sobre territórios africanos, que tinham como base os crescentemente obsoletos critérios de “conquista” e “descoberta.” O que é mais curioso é que Maria Índia veio ao mundo nos exactos instantes em que as nações europeias mediam forças e comparavam direitos sobre esses territórios, com pouca complacência sobre as ambições portuguesas. A milhares de quilómetros dali, e sob auspícios do também ambicioso monarca Leopoldo da Bélgica, os representantes europeus sentavam-se à mesa em Berlim para retalhar o mapa de África enquanto território europeu. Ao definirem as fronteiras das colónias, estavam também a traçar muito dos destinos históricos das futuras nações africanas.⁴ Entre estas encontrava-se Angola.

E é a essa Angola em processo de recorte pelos diplomatas europeus, mas ainda não definitivamente desenhada, que chegam os pais e vizinhos de Maria Índia em 1884, saídos de uma ilha onde já não pareciam caber e prestes a entrar em terrenos desconhecidos. Para eles, a fronteira era uma outra – tal como no oeste americano de descrito por Frederick Jackson Turner, a fronteira móvel da conquista, negociada logo à entrada do barco, ao desembarque na praia, nos barracões que ergueram como morada provisória, na vida em trânsito em Moçâmedes, na travessia da faixa árida, na subida da serra, na interação com os *boers* em deriva norte, na interação com os africanos que ali moravam há muito mais tempo, e nas suas relações com o poder português que por um lado os usava e por outro os desprezava.

Os lugares que atravessavam agora e para onde se dirigiam eram espaços de co-existências múltiplas, variadas, sobrepostas e por vezes entre si contraditórias, tal como muitos outros, com várias populações africanas de mobilidades, modos de vida, línguas, culturas e ambições diferentes, e com pequenos grupos de europeus e descendentes de europeus cujas mobilidades, modos de vida, línguas, culturas e ambições eram também variados. Alguns grupos tinham projectos comuns, ou encontros de interesses – muitos convergiam no lucrativo tráfico escravo; outros, de modos de vida alheios ao tráfico, criavam outras interdependências, envolvendo gado, plantações, comércios, itinerâncias e comunidades permanentes, gerando no processo fronteiras de pertença e correlatas identidades. Foi nesse jogo de interdependências e trocas que se viabilizaria – na materialidade do carro boer – a possibilidade de transpor a serra da Chela e chegar ao planalto. Mas isso virá mais tarde.

O que é de sublinhar aqui, e tem tudo a ver com a vinda de Maria Índia ao mundo naquele momento naquele lugar, e portanto aquele nome e a pessoa que veio a ser, é que nesse momento da política europeia, de grandes consequências para África, um novo critério de controle e autoridade

africano e a administração colonial; Felner, 1940, *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*; Torres, 1950, *O distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e de Primeira Organização (1485-1859)*; Silva, 1971-1973, «Subsídios para a História da Colonização do Distrito de Moçâmedes durante o século XIX». Para uma obra recente sobre a colonização de Moçâmedes, veja-se Azevedo, 2008, *A colonização do Sul de Angola*

4 Ver Pakenham, 1991, *The Scramble for Africa*



se vinha a afirmar, o de estabelecer um mapa cognitivo sobre o território e recursos, bem como uma cadeia humana ligando os territórios ao estado.

Foi nesse ambiente de competição intra-europeia em cenário africano que se fizeram as primeiras viagens de reconhecimento e exploração ao interior do continente e se mobilizaram para o efeito as tecnologias de produção e circulação de conhecimento: relatos, descrições, memórias, mapas, desenhos, fotografias, recolhas, sistematizações, comunicações científicas. Junto com as explorações são estimuladas as experiências de colonização branca sustentada capazes de romper com o ciclo de falhanços do passado -- as tentativas goradas de criar comunidades com expatriados do Pernambuco (em 1849), com colónias penais e militares, com jovens casapianos, operários estrangeiros, *soi-disant* camponeses.⁵ Todas tinham redundado em fracasso, como se os trópicos tudo devorassem e dissolvessem – num tropo bem comum para a época – mesmo que alguns, sem o inscrever, narrar ou tematizar, dar ciência ou fazer ciência, deles fruíssem e usufruíssem à vontade, desenvolvendo expedientes pessoais de sobrevivência e interacção, a título pessoal e não do estado. Fosse como o *bricoleur* teorizado por Levi-Strauss,⁶ ou com as *creole technologies* agora em voga na literatura de estudos de ciência e tecnologia,⁷ ou com o modo lusotropical enunciado por Gilberto Freyre,⁸ ou na sua variante do *jeitinho*,⁹ e certamente na linha da “não inscrição” lamentada por José Gil¹⁰ (2004), a atitude dos portugueses bem podia ser original que não tinha hipótese de concorrer com a nova ordem de império. Para competir havia que fazer como os outros: observar, marcar, medir, conhecer, ocupar, enfim, como diria José Gil, **inscrever**. Ou, pelo menos, tentar fazê-lo, mesmo que em eco, em subalternizada imitação ou, na linguagem da crítica pos-colonial, **simulacro**.

Foi nesse contexto de acelerada competição internacional e reconfiguração das políticas coloniais portuguesas que no ano de 1884 se espalharam pelo país editais anunciando que o governo pagaria todas as despesas, daria todas as condições, instrumentos, terra, lavoura, utensílios, talheres, roupa, armas de defesa e a protecção do estado a quem quisesse embarcar para África e ir cultivar o promissor planalto angolano. Uma engenharia demográfica que visava reencaminhar os fluxos daqueles que emigravam para fora do país e, de uma vez, solucionar dois problemas: por um lado, conter a emigração que ao tempo já fugia para lugares tão longínquos como o Hawaii¹¹; por outro, ocupar os territórios africanos que estavam potencialmente sob a mira dos concorrentes europeus.

5 SILVA, 1971-1973, «Subsídios...»; MEDEIROS, 1976, *Colonização...*; AZEVEDO, 2008, *Colonização...*

6 LEVI-STRAUSS, 1962, *La Pensée Sauvage*

7 EDGERTON, 2007, «Creole technologies»

8 FREYRE, 1953, *Aventura e Rotina*

9 DA MATTA, 1979, *Carnavais, malandros e heróis*

10 GIL, 2004, *Portugal- o medo de existir*

11 BEECHERT, 1985, *Working in Hawaii*; TAKAKI, 1983, *Pau-Hana*; WILLIAMS, 2007, *In Pursuit of Their Dreams*



EDITAL

JERONYMO DA CUNHA PIMENTEL, BACHAREL FORMADO EM Direito, com a habilitação do Curso Administrativo pela Universidade de Coimbra, Fidalgo Cavalleiro da Casa Real, antigo Deputado da Nação, e Governador Civil do Districto de Braga.

F AÇO SABER que tendo o ministerio da Marinha e Ultramar resolvido mandar para Angola pelo vapor INDIA até 50 colonos, que desejem estabelecer-se no districto de Mossamedes, são por este meio convidados em execução do Regulamento de 16 de agosto de 1881, os que estiverem em condições de se aproveitar d'este offerecimento. Devem ser homens validos, morigerados, de idade não superior a 35 annos, agricultores, ou operarios de officios inherentes aos trabalhos agricolas (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.) preferindo-se casados.

Os que estiverem n'estas circumstancias até o numero de 8 por este districto devem declarar-o aos respectivos administradores do concelho, e depois de assignarem n'este Governo Civil os termos de contracto, elles e seus abonadores, apresentar-se-hão no ministerio da Marinha e Ultramar impreterivelmente até o dia 22 do corrente, para partirem para o seu destino no dia 25.

A cada um dos colonos será dado um subsidio de 30000 reis em dinheiro, além de passagem, e mais 1 arma de fogo e respectivos petrechos, 1 machado, 2 enxadas, 1 pá de ferro, 1 colchão de palha, 1 travessiro, 4 lençoes de algodão, 1 cobertor, 2 toalhas, 2 pães, 2 bacias de zinco, 2 escovas, 1 panela de folha, 1 caçarolla, 4 pratos, 2 tigellas, 2 canecas, 1 colher, 1 garfo e 1 faca.

A sua chegada a Angola, os colonos ficarão desde logo ao cuidado da junta de protecção dos emigrantes, que tratará de lhes dar o destino mais conveniente no districto de Mossamedes, que é, como todos sabem, muito saudavel, rico e com todas as condições dos melhores paizes da Europa, onde terão a protecção das autoridades e a convivencia dos que falam a mesma lingua e tem a mesma patria.

Para que chegue ao conhecimento de todos os que queiram procurar na emigração remedio para as circumstancias difficeis em que se encontram, se mandou passar o presente, que será afixado nos logares mais publicos de todo o districto.

Governo Civil em Braga, 14 de fevereiro de 1881.

O GOVERNADOR CIVIL,

Jeronymo da Cunha Pimentel.

Braga - Typ. do Governo - 1881.

Mas quase ninguém respondeu a tão apelativo chamado. As “gentes boas da metrópole” ou não tiveram tempo de se organizar, ou não confiavam nas promessas dos editais, ou não estavam pressionadas para partir. Não houve filas à porta das autoridades, pedidos, enredos, acotovelamentos. Houve meia dúzia de inscritos, de origem dispersa, e sempre aquém das quotas previstas para cada distrito. Sempre aquém, excepto num lugar: o distrito do Funchal, correspondente às Ilha da Madeira e Porto Santo. Aí, a quota de emigrantes a embarcar para África esgotou-se rapidamente, e mais lugares houvera mais gente haveria a embarcar – algo que veio a concretizar-se com uma nova viagem do navio Índia nesse mesmo ano, desta vez destinada a embarcar passageiros apenas no Funchal.

Tanto pior para as “gentes boas da metrópole” – as gentes boas da Madeira estavam prontas a



embarcar, e entre elas estava a grávida que algumas semanas depois, já na costa de África, daria à luz a pequena Maria Índia. Tal era o empenho em sair da ilha naquele ano que além das duas centenas previstas entraram muitos que não estavam arrolados. Entraram clandestinos, escondidos, sem outros bens que não a roupa que tinham no corpo e a fome e desconforto que arrastavam em terra. Apresentaram-se às autoridades do barco ao fim de alguns dias, foram avaliados e, após telegramas com Lisboa, incluídos no rol de colonos. Também eles fariam a sua passagem para África a bordo do Índia.

Esperava-os um trilho por abrir. A Moçâmedes já muitos tinham aportado; tinham vindo do Algarve, barco a barco, ao longo da costa e seguindo as rotas do peixe no mar; ou de Lisboa, saídos de instituições e da liminaridade social que o degredo redimia; ou do Brasil, insatisfeitos com a roda da história. Mas não tinham subido o planalto de modo duradouro, constituído colônia em representação do estado, como era agora missão dos madeirenses.

Do que se seguiu temos alguns dados. Sabemos que se instalaram em quatro grandes barracões junto à praia, que ali passaram uns meses, que tinham pela frente toda uma cadeia de desafios em terra. Uma serra de falésias a pique para transpor; um clima dito ameno, mais frio que o da ilha; populações potencialmente hostis; autoridades quase igualmente hostis e rápidas na exibição de preconceito anti-madeirense.¹² Foi fora da órbita do poder estatal que se encontrou uma solução para transpor a serra: contratando os carros boer, puxados por mais de dez parelhas de bois, capazes de exercer tração suficiente para vencer os obstáculos. No planalto, os madeirenses fundaram várias comunidades: Huíla, Lubango, Humpata, Chibia, venceram invernos inesperados, construíram casa, primeiro com telhados de colmo, depois com tectos mais estáveis. Logo nos primeiros anos foram fotografados e protagonizaram as primeiras páginas de “As colónias portuguesas” um órgão de propaganda colonial destinado a convencer os portugueses que pareciam pouco interessados na proposta de colonizar o mundo – algo que reverteria por completo na sequência do Ultimatum britânico.

Apesar dos improvisos, estas colónias vingaram. Quando, já no século XX, o governo português veio a promover uma colonização organizada e apoiou a ida uma grande contingente de colonos para o local, lá estavam os descendentes de madeirenses, entretanto apelidados de *chicoronhos* (corrupção de *colonos*), postos num lugar simbólico entre nativos e os novos colonos. E quando foi conveniente, tornaram-se protagonistas de uma história de origens e pioneiros.

Atraída a esta história por um conjunto de encontros gerados noutras procuras – por exemplo, o acaso da visita de um médico e antropólogo físico goês ao planalto angolano e a literatura subsequente¹³ – trabalhei durante algum tempo a documentação relativa aos madeirenses no planalto angolano sem qualquer ideia sobre o destino da bebé nascida a bordo. Não sabia se tinha vivido ou morrido, subido o planalto ao colo da sua mãe, se tinha brincado com outras crianças nas comunidades; se tinha aprendido a ler ou a trabalhar na lavoura; se fora rica ou pobre, feliz ou infeliz; se tinha tido filhos, ali, noutros lugares. Não sabia nada até que um dia, quando fui conhecer materialmente as condições da subida do planalto, me encontrei com uma inscrição tumular que só podia ser dela. Maria India de Souza Garcia, nascida em Moçâmedes, falecida na Humpata, saudações do marido e filhos, algo nessas linhas.

Foi a singularidade do nome que me agarrou a atenção naquele pequeno cemitério dito bóer da Humpata, onde por acaso entrei. Foi tão emocionante que não mais deixei esta personagem e tornei-a o fio narrativo da análise das migrações, colonização e engenharia demográfica naquele momento. Ar-

12 Veja-se por exemplo BOTELHO, 1895, *Relatorio medico do Districto sanitario de mossamedes*.

13 CORREIA, 1925, *Os Eurafricanos de Angola – Estudo antropológico*, e CORREIA, 1934, «Os Luso-Descendentes de Angola: Contribuição para o seu estudo Antropológico», que tratei em BASTOS, 2003, «Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia», e BASTOS, 2005, «Race, Medicine and the late Portuguese empire».



gumentava que os madeirenses foram mobilizados para uma experiência de resultados pouco seguros, tratados como peões num jogo de competição internacional, como carne para canhão que os próprios administradores coloniais tratavam com pouco cuidado; os madeirenses, por seu turno, tinham aceite o que parecia uma alternativa a travessias mais longínquas, que os levavam à Guiana, onde se acumularam cerca de 30 mil no século XIX, e ao Hawaii, onde chegaram a estar 17,500 portugueses, na sua maioria da madeira, para os trabalhos duríssimo na cana do açúcar.¹⁴

A minha análise foi contestada por quem deu parecer para publicação: o fio condutor da narrativa foi acusado de especulativo. Como podia eu saber que a Maria Índia do túmulo encontrado era a mesma que nascera a bordo? De facto, eu nada podia garantir: trabalhava com um fantasma, talvez fosse mesmo uma fantasia, um delírio, uma Gradiva africana.¹⁵ Escolhi argumentar no campo do plausível – quantos nomes assim podia haver, naquela população restrita, naquele lugar? Moderei as minhas afirmações, transformei-as em hipóteses, e mal o artigo¹⁶ saiu fui inundada de conexões entre essa minha hipótese e a vida real dos seus descendentes.

Com existência ciberespacial e Maria Índia no título, o artigo foi parar aos seus netos e bisnetos, cuja existência eu não conhecia, como eles não conheciam a minha. Recebi emails – quase tão emocionantes quanto o primeiro encontro com o túmulo da Humpata – de lugares variados: de Johannesburg, de Viseu, de residentes em Buenos Aires que me levaram a conexões no Rio de Janeiro e ainda a outros lugares ainda, incluindo à pequena Maria Índia, trineta da original, hoje com onze anos. Ao fim de pouco tempo vim a conhecer diversos desses descendentes, que generosamente me acolheram, partilharam histórias, mostraram e imagens, projectos e trabalhos já desenvolvidos.

A saga explode em várias direcções, conectando mais ilhas e continentes, pois a própria Maria Índia, quando veio ao mundo naquele barco em 1884, tinha já dois irmãos nascidos em Honolulu. Os seus pais tinham já trilhado os mares várias vezes e em várias direcções; esta passagem da Madeira para Angola, que tão grande nos parece à distância, era apenas um trajecto menor numa vida de idas e vindas pelos hemisférios, continentes, oceanos, ilhas e planaltos, que já tinham incluído o Hawaii e, para muito madeirenses, também as plantações do Demerara (hoje Guyana) e das Antilhas.

14 WILLIAMS, 2007, *In Pursuit of their Dreams*

15 Em *Delírio e sonho na Gradiva de Jensen*, Freud analisa psicanaliticamente as atribuições imaginárias de um arqueólogo alemão que se depara com a aparição de uma figura romana que conheceu como baixo-relevo.

16 BASTOS, 2008, «Maria Índia, ou a fronteira da colonização...»



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alexandre Noberto Correa Pinto de, facultativo naval de 1ª Classe, 1885 “Transporte Índia: Relatório Médico, 1884-1885”. Arquivo Central da Marinha, “Índia”, Transportes Diversos, Cx 673 (1884-92)
- AZEVEDO, José Manuel, 2008, *A colonização do Sul de Angola.: Mossamedes das primeiras viagens às colónias luso-pernanmbucanas, 1785-1859*. Universidad de Salamanca Trabajo de Grado – Fundamentos de la Investigación Histórica.
- BASTOS, Cristiana, 2003, «Um luso-tropicalismo às avessas: colonialismo científico, aclimação e pureza racial em Germano Correia». In Margarida Calafate RIBEIRO e Ana Paula FERREIRA (orgs.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo* (Porto: Campo das Letras). Pp. 227-253.
- BASTOS, Cristiana. 2005. Race, medicine and the late Portuguese empire: the role of Goan colonial physicians. *Journal of Romance Studies* 5(1):23-35
- BASTOS, Cristiana . 2008. Migrants, Settlers And Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies. *International Migration* 46(5): 27- 54
- BASTOS, Cristiana. 2009. Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho migração e política no planalto sul de Angola. *Horizontes Antropológicos* XV (31): 51-74
- BASTOS, Cristiana, 2011, «Trânsitos Atlânticos, Pacíficos e Terrestres—a pequena grande história de Maria Índia», in AREND, Silvia Favero, Carmen Silvia RIAL e Joana Maria PEDRO, orgs., 2011, *Dísporas, Mobilidades e Migrações*. Ilha de Santa Catarina, Editora Mulheres.
- BEECHERT, Edward D, 1985, *Working in Hawaii: a labor history*. Honolulu: University of Hawaii Press.
- BOTELHO, Joaquim Bernardo Cardoso, 1895, *Relatório médico do Districto sanitario de mossamedes*. Arquivo Histórico Ultramarino, Sala 12, Angola, maço 942.
- CORREIA, A. C. Germano da Silva, 1925, *Os Eurafricanos de Angola – Estudo antropológico*. Lisboa.
- CORREIA, A. C. Germano da Silva, 1934, “Os Luso-Descendentes de Angola: Contribuição para o seu estudo Antropológico”. *Memoria do 3º Congresso Colonial Nacional. Actas das Sessões e Teses*. Lisboa, Sociedade de Geografia/Tipografia Carmona
- DA MATTA, Roberto, 1979, *Carnavais, Malandros e Heróis*.
- EDGERTON, David, 2007, «Creole technologies and global histories: rethinking how things travel in space and time» *JoHost – Journal of the History of Technology* 1. Disponível em <http://johost.eu/user/data/media/hostn1v1-a2.pdf>
- FELNER, Alfredo de Albuquerque, 1940, *Angola: apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola* . Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- FREYRE, Gilberto, 1953, *Aventura e Rotina: sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GIL, José, 2004, *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d'Água
- GOVERNO CIVIL DE BRAGA, 1884, *Edital*. Arquivo Historico Ultramarino, sala 12, Angola, diver-



sos, maço 1079

- LEVI-STRAUSS, Claude, 1962, *La Pensée Sauvage*. Paris: Plon.
- MEDEIROS, Carlos, 1976 *A Colonização das terras altas do Huíla*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- PAKENHAM, Thomas, 1991, *The Scramble for África*. New York: Avon Books.
- PÉLISSIER, René, 1997, *História das Campanhas de Angola: Resistência e revoltas, 1845-1941*. Lisboa: Estampa.
- SÁ DA BANDEIRA, 1873, *O trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa
- SILVA, Capitão Augusto Marques da, 1884, *Relatório do transporte Índia*. Arquivo Central da Mari-
nha, Lisboa.
- SILVA, Raul José Candeias da Silva , 1971a, «Subsídios para a História da Colonização do Distrito de
Moçâmedes durante o século XIX (Capítulo I)» *Studia* 32: 371-378.
- SILVA, Raul José Candeias da Silva, 1971b, «Subsídios para a História da Colonização do Distrito de
Moçâmedes durante o século XIX (Capítulo II)» *Studia* 33: 341-372
- SILVA, Raul José Candeias da Silva, 1972a, «Subsídios para a História da Colonização do Distrito de
Moçâmedes durante o século XIX (Continuação)» *Studia* 34: 481-534.
- SILVA, Raul José Candeias da Silva, 1972b, «Subsídios para a História da Colonização do Distrito de
Moçâmedes durante o século XIX (Capítulo III)» *Studia* 35: 421-439.
- SILVA, Raul José Candeias da Silva, 1973, «Subsídios para a História da Colonização do Distrito de
Moçâmedes durante o século XIX (conclusão, Capítulo IV)» *Studia* 36: 293-390.
- TAKAKI, Ronald, 1983, *Pau-Hana: Plantation Life and Labor in Hawaii*. Honolulu. University of Ha-
waii Press.
- TORRES, Manuel Julio de Mendonça 1950. *O distrito de Moçâmedes nas Fases de Origem e de Primei-
ra Organização (1485-1859)*. Lisboa: 1950.
- WILLIAMS, Jerry. 2007. IN Pursuit of Their Dreams. Center for Portuguese Studies and Culture,
University of Massachusetts at Dartmouth.

